

23 OUT 1985

Sessão tumultuada e confusa

A previsão, feita por parlamentares mais experientes, foi confirmada: a sessão do Congresso Nacional para votar a emenda de convocação da Assembléia Nacional Constituinte, seria uma das mais confusas, tumultuadas e longas reuniões da história do Parlamento Brasileiro. Iniciada às 10h30min, pelo senador Passos Porto (PDS-SE), a sessão consumiu toda a tarde de ontem na discussão de inúmeras alternativas para a Constituinte e com diversas manobras de obstrução.

No início da noite de ontem, os parlamentares começaram a votar cerca de 43 destaques, feitos por todas as lideranças partidárias, além do substitutivo do relator Walmor Giavarina (PMDB-PR), aprovado pela comissão mista do Congresso, depois que foi destituído o primeiro relator, o deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP). Como o painel eletrônico não estava funcionando, a votação exigia maior tempo, tumultuando ainda mais a sessão. As previsões indicavam, ontem à noite, que seriam necessárias 27 horas para concluir a votação que, segundo o regimento interno, uma vez iniciada não pode ser interrompida.

Depois de uma série de discursos que ultrapassaram em mais de uma hora e meia do tempo de 30 minutos previstos no regimento, o presidente do Senado, José Fragelli, suspendeu a sessão para votação da Constituinte, às 12h35min, devido à apresentação de mais de 43 destaques ao substitutivo da emenda do Governo. Esse número pegou de surpresa a mesa e os líderes da Aliança Democrática, que imediatamente negociaram a suspensão dos trabalhos para ordenamento dos destaques e eliminação dos que estavam repetidos.

— E uma loucura. Estão destacando até vírgula — comentou, surpreso, um integrante da mesa.

Mal a sessão foi aberta o deputado Manoel Costa (PMDB-MG), pediu a sua suspensão para que os parlamentares pudessem chegar ao plenário (o regimento exige 12 senadores e 80 deputados para abertura dos trabalhos). Nas galerias, pouco ocupadas, grupos de cassados marcavam presença, em vigília e greve de fome, para garantir a aprovação de uma anistia

ampla.

A partir daí, começaram os discursos de 15 parlamentares, quase todos criticando o substitutivo e a emenda do Governo. O primeiro, Gerson Peres (PDS-PA), malufista, chamou o PMDB de incoerente, mas admitiu que iria votar a favor da convocação da Constituinte. José Gendino (PT-SP), um dos principais articuladores do grupo que tentava obstruir o substitutivo, exigiu ampliação da anistia e criticou "esse arremedo, essa falsa Constituinte".

José Eudes (PSB-RJ) resumiu seu protesto num trocadilho: o Congresso, segundo ele, está convocando uma "prostituinte", que mais parece um teatro, e não uma Constituinte. Os discursos de críticas continuaram com pronunciamentos de Jacques D'Ornellas (PDT-RJ), Márcio Santilli (PMDB-SP), e Carlos Magalhães, que enfatizaram a questão da anistia. Del Bosco Amaral (PMDB-SP) chamou os líderes dos grandes partidos de irresponsáveis, por não terem promovido debate mais amplo sobre a matéria, e concluiu: "Não estou pre-

parado para votar".

Coube ao senador Marcondes Gadelha (PFL-PB) o primeiro discurso em defesa do substitutivo e de uma Constituinte congressional. Segundo ele, os políticos lutaram durante anos, enfrentando dificuldades do regime passado, para que tivessem esse direito. Setenta e cinco por cento da população, argumentou, sequer sabem o que quer dizer uma Assembléia Nacional Constituinte. Luís Guedes (PMDB-MG) pediu serenidade dos parlamentares "para que não façamos o jogo da reação". Benedito Monteiro (PMDB-PA) disse que não poderia votar uma emenda sem ampliação da anistia, enquanto Vicente Queiroz (PMDB-PA), depois de também defender a ampliação da anistia, criticou os que estavam tentando protelar a votação da Constituinte.

Passava do meio-dia quando o líder do PTB, Gastone Righi, ocupou a tribuna, pouco antes da suspensão da sessão, para anunciar que em reunião pela manhã sua bancada decidiu votar contra o subs-

titutivo e a emenda do Governo revisando posição sustentada até ontem. O PTB, alegou Righi, defenderá sua emenda, "que contou com assinatura de mais de dois terços dos parlamentares e foi mal copiada pelo Governo".

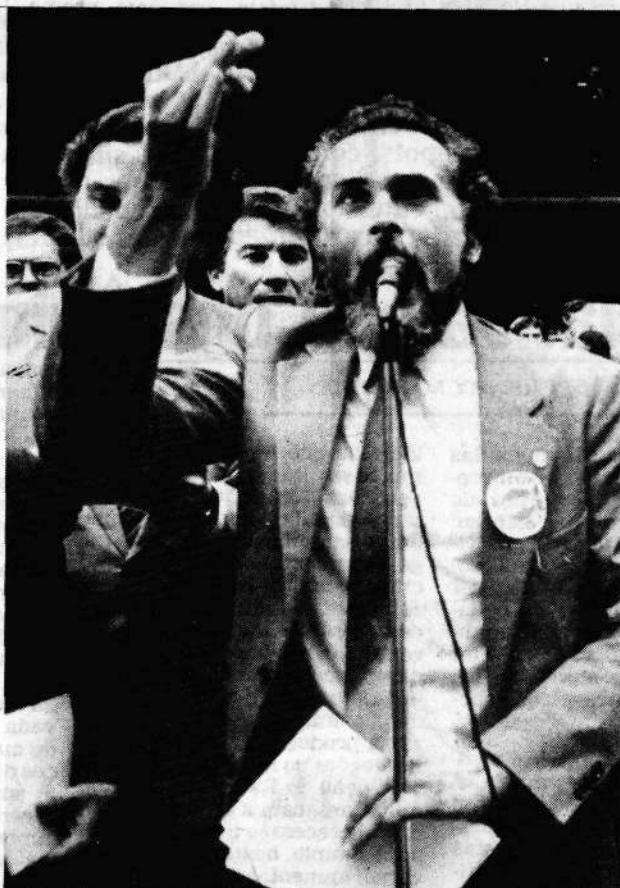
— A bancada decidiu votar contra. Se temos uma emenda própria apresentada há dois anos e copiada pelo Governo, não podemos aprovar esta que está aí. Vamos derrubar os dois: substitutivo e emenda — disse.

Righi criticou a anistia proposta no substitutivo e exigiu sua ampliação.

A bancada do PDS na Câmara decidiu também criar um embaraço à Aliança Democrática, durante a votação da emenda convocatória da Constituinte. Os vice-líderes da bancada, reunidos com o líder Prisco Viana, resolveram pedir destaque do deputado de uma proposta do deputado Jorge Arbage (PA), que marca plebiscito para que o eleitorado decida em 15 de novembro de 1986 se os deputados e senadores eleitos naquela data devem ser ou não Constituintes.

A iniciativa do PDS surpreendeu os líderes da Aliança Democrática (PMDB/PFL), que até ontem de manhã confiavam em que contariam com os votos pedessistas para aprovar, sem dificuldades, o substitutivo do deputado Walmor Giavarina.

A rebeldia de setores da bancada do PFL, na Câmara, foi contornada ontem após um verdadeiro esforço do Governo para garantir o quorum mínimo de 320 votos dos partidos que compõem a Aliança Democrática. Até mesmo, o presidente José Sarney, preocupado com os destinos da sua emenda, resolveu entrar em cena: ele ligou, por volta das 11 horas, para o gabinete do líder do PFL, deputado José Lourenço, e, após ser informado que a bancada do PFL mineiro votaria contra por não ter conseguido os cargos do terceiro escalão, pediu para conversar com o deputado mineiro, o vice-líder Mário Assad, a quem fez um apelo para que "votasse a emenda de acordo com as conveniências do Governo". Em contrapartida, prometeu exigir dos ministros do PMDB "o cumprimento do acordo em torno dos cargos de terceiro escalão". O apelo surtiu o efeito esperado.



José Genoíno: obstruções e questões de ordem